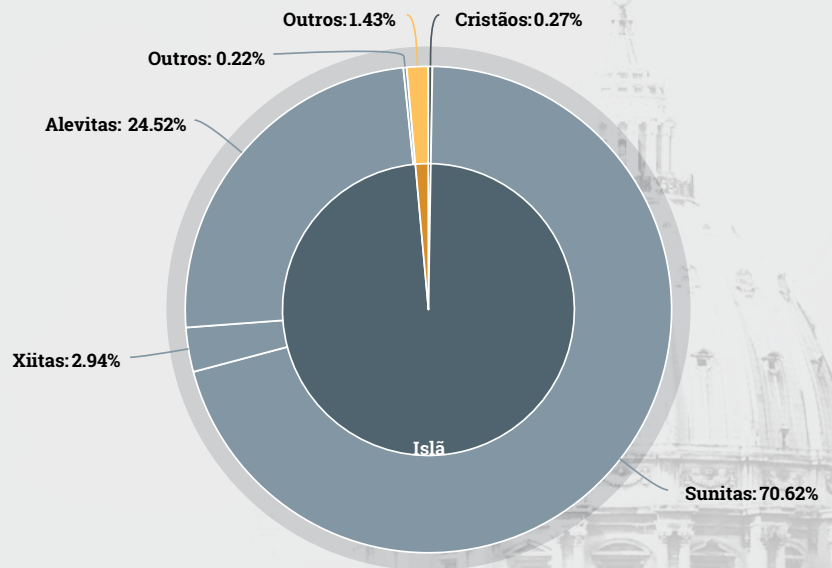
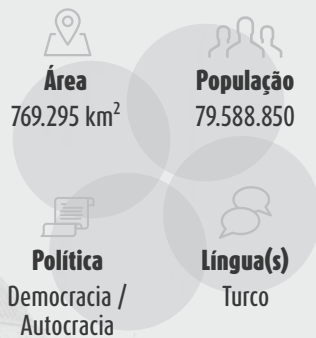


Turquia



HISTÓRIA

Fundada em 1923, a República da Turquia incorpora o princípio do secularismo na sua Constituição. Contudo, a construção moderna da nação turca baseia-se na noção de que “turco” é igual a “muçulmano”.^[1] Isto significa que os não muçulmanos, sejam eles cristãos ou judeus, nunca podem ser considerados totalmente como cidadãos turcos. Na linguagem de todos os dias, eles são referidos como os “giaours”, ou seja, os “inféis”. As igrejas na Turquia, quer seja a Igreja Católica, Ortodoxa ou Protestante, são muitas vezes vistas como instituições missionárias. Desde os ataques de 2003, as sinagogas de Istambul estão sob especial proteção.

Desde 2002, quando o Partido Justiça e Desenvolvimento (Adalet ve Kalkınma Partisi (AKP) subiu ao poder, a secularização da sociedade tem sido desafiada. O processo de afastamento de uma república “secular” parece inevitável, mas o significado exato do termo deve ser acordado. O AKP repôs o lugar do Islamismo sunita na esfera pública. De fato, este processo tinha começado em 1983, quando Turgut Özal fundou um partido reformista. Há muito que o exército é visto como o guardião do secularismo de estilo turco, mas isso já não acontece hoje em dia. A própria república foi estabelecida como baluarte contra a influência do Islamismo na política turca.

Paradoxalmente, o regresso da religião com o AKP permitiu que as vozes das comunidades não muçulmanas fossem

ouvidas. “Pelo menos o Governo agora responde às nossas cartas”, disse Bartolomeu II, Patriarca Ecumênico, numa entrevista.^[2] Recentemente, uma lei de 2008 permitiu a devolução de bens tirados às minorias durante as décadas negras do pós-Kemalismo (1940-1970). No entanto, este permanece um processo longo, difícil e dispendioso.

Desde o Verão de 2015, após a ofensiva lançada pelo presidente Tayyip Erdoğan contra o Partido dos Trabalhadores Curdos (Partiya Karkerên Kurdistanê, PKK), muito provavelmente para fins eleitorais (antes da eleição de 1 de novembro de 2015^[3]), a destabilização do sudeste da Turquia prejudicou as minorias locais (sobretudo cristãos e yazidis). As aldeias síriacas em Tur Abdin estão no centro da tempestade, apanhadas entre o PKK e o exército turco. Os mosteiros síriacos locais são os últimos deste tipo que ainda estão ativos na Turquia.

DISPOSIÇÕES LEGAIS PARA MINORIAS NÃO MUÇULMANAS NA TURQUIA

Embora a liberdade religiosa seja respeitada na Turquia, grupos como os Alevitas, os Protestantes e outras denominações queixaram-se de discriminação. O quadro legal da Turquia

[1] Foreign Policy as a Determinant in the Fate of Turkey's Non-Muslim Minorities: A Dialectical Analysis, Turkish Studies (2013)

[2] S. de Courtois, Turquie Européenne, Maio de 2012

[3] Entrevista com Kadri Gürsel, Le Figaro, 21 de Fevereiro de 2016

é bastante abrangente, indo desde as leis que se aplicam a minorias não muçulmanas após a assinatura do Tratado de Lausana em 24 de julho de 1923 até leis sobre associações e fundações (leis Vakif), bem como à lei de 1936 sobre os bens pertencentes às minorias, como por exemplo os monumentos históricos.^[4]

A República da Turquia é secular e não há referência ao Islamismo na sua Constituição. Contudo, embora a conversão do Islão a outras religiões não seja formalmente proibida, ela é mal vista pela sociedade. A religião é indicada nos documentos de identificação, mas, apesar disso, a lei permite que as pessoas não indiquem a sua religião, uma opção popular entre os jovens. Nem o exército nem a administração estatal têm um alto responsável cristão ou alevita.

INCIDENTES ENVOLVENDO MINORIAS RELIGIOSAS NA TURQUIA

Várias questões continuam desempenhando um papel proeminente na política turca, nomeadamente: a situação sem solução da escola teológica ortodoxa grega na ilha de Halki; a medida injusta por causa de uns hectares de terra tomada pelo Estado contra o mosteiro ortodoxo siríaco de Mor Gabriel, no sudeste da Turquia; a ambivalência do Governo turco em relação à questão armênia (ao contrário da sociedade civil); o não reconhecimento da situação especial dos alevitas da Turquia; e a associação regular de judeus turcos com a política externa de Israel. A Igreja Católica, o Patriarcado Ecumênico e o Patriarcado Armênio na Turquia não têm legitimidade jurídica perante a lei turca (o mesmo é verdade para certas instituições islâmicas, como por exemplo as confrarias). Na igreja, os sermões são por vezes realizados em língua turca, bem como na língua de origem das congregações, como o grego, o armênio, o italiano ou o francês. Cristãos e Judeus podem ter as suas próprias escolas e hospitais, mas sujeitos à lei turca das fundações (Vakif). Os prelados cristãos exigiram há anos que fosse concedida personalidade jurídica às suas Igrejas.

Incidentes (do final de 2015 até à primeira metade de 2016)

Início de 2015: após vários anos de litígio durante os quais a Direção de Florestas e Águas e o Departamento do Tesouro desafiaram a posse pelo Mosteiro siríaco de Mor Gabriel de importantes parcelas de terra (algumas dentro do mosteiro), o presidente Erdoğan suspendeu a ação legal. Esta não é uma vitória do estado de direito, mas sim do príncipe exercendo o seu poder.

Janeiro de 2016: o Centro de Estudos de Políticas Públicas e Democracia (PODEM na sigla inglesa), um centro fundado em Istambul em 2015, publicou pela primeira vez este ano um estudo sobre a forma como os Armênios se veem na sociedade turca. Entre as constatações mais surpreendentes está o fato dos turcos armênios estarem constantemente preocupados. Acreditam que não são tratados como cidadãos iguais e que o resto da sociedade não gosta deles. Embora gostassem de ver o ‘genocídio’ reconhecido, não consideram que isso seja uma prioridade. Direitos iguais e a abertura da fronteira com a Armênia são mais importantes.^[5]

28 de Janeiro de 2016: Yusuf Akbulut, um sacerdote siríaco em Diyarbakir, foi forçado a abandonar a Igreja da Virgem Maria depois de esta ser atingida por uma bomba durante combates entre o exército turco e o PKK. Apanhados entre as partes em conflito, os cristãos estão sendo forçados a tomarem partido.

Fevereiro de 2016: durante a coleta obrigatória do imposto pelo exército em Āzak/Idil (sudeste da Turquia), famílias sírias locais foram atacadas com brutalidade. As portas da Igreja da Virgem foram forçadas.

10 de fevereiro de 2016: em resposta a críticos que a acusavam de ser cristã, Selin Sayek Böke, deputada do Partido Popular Republicano (Cumhuriyet Halk Partisi, CHP) na oposição no Parlamento turco, disse: “Uma parte da minha família é cristã e a outra é muçulmana. Ambas as partes são filhas da Anatólia, herdeiras de uma cultura rica. Não tenho nada a esconder.” Disse também: “Vamos ganhar esta luta. Não vamos deixar que o país volte a cair na escuridão.”^[6]

12 de fevereiro de 2016: a Igreja de Santa Sofia em Trabzon, até agora classificada como um “museu” e caindo por isso sob a jurisdição do Ministério da Cultura, foi transferida para a Diyanet, ou seja, a Direção dos Assuntos Religiosos. Pode se esperar que esta importante igreja bizantina seja transformada numa mesquita nos próximos meses.

27 de março de 2016: a polícia emitiu um alerta sobre possíveis ataques do EI a igrejas, durante a Páscoa, no país. Outro alerta foi emitido sobre possíveis provocações por membros da organização terrorista Hezbollah turco.^[7]

Abril de 2016: teve início um julgamento em Diyarbakir para desafiar os procedimentos de desapropriação de várias igrejas, nomeadamente uma igreja ortodoxa síria, uma igreja síria protestante, uma igreja armênia e uma igreja caldeia. Desde que foi imposto a coleta obrigatória na área, o Governo turco apreendeu 6.300 parcelas de terra em Sur, no centro histórico de Diyarbakir, onde estão estes edifícios religiosos historicamente importantes.^[8]

[5] Agos, 29 de Abril de 2016, p. 3

[6] Habertürk, 10 de Fevereiro de 2016, p. 20

[7] Vatan, 27 de Março de 2016, p. 12

[8] Agos, 15 de Abril de 2016, p. 5

[4] S. de Courtois, “Réflexions sur l’état présent des communautés syriaques du sud-est de la Turquie,” Territoires et conflits au Moyen-Orient et au Maghreb, Cahier du GREMAMO, n.º 21, Paris VII, Laboratoire Sociétés en Développement Études Transdisciplinaires, CNRS

1 de abril de 2016: a comunidade protestante, que tem falta de locais de culto, viu negado o direito de usar o edifício histórico da Igreja Ortodoxa de Taşbaşı em Ordu. Há planos para transformar a igreja em museu arqueológico.^[9]

3 de abril de 2016: o Mosteiro grego de Cristo, na ilha de Heybeliada, foi esvaziado porque está construído na floresta. O Patriarca Ecumênico expressou o seu pesar e disse que estão planejadas reuniões com responsáveis em Ancara.^[10]

8 de Abril de 2016: a Igreja de Surp Minas, na aldeia abandonada de Kez, perto de Erzurum, foi ameaçada de demolição, apesar de ter sido classificada como edifício histórico em 2010. Se a igreja for destruída, o seu proprietário, Sabri Ergin, está preparado para levar o caso ao Tribunal Europeu dos Direitos Humanos.^[11]

15 de abril de 2016: sírios em Midyat (sudeste da Turquia) deram início a uma greve de fome de 100 dias para levar o mundo a tomar consciência do “genocídio do seu povo” juntamente com o dos Armênios. Chamam ao seu genocídio Seyfo, que quer dizer ‘espada’ em siríaco.

19 de abril de 2016: início da ação judicial por parte do Estado contra o Patriarcado Ecumênico para cancelar a escritura do terreno devolvido ao Patriarcado há quatro anos. Uma grande parte do terreno está em Göksu e a outra está em Ümit Tepesi, na ilha de Halki. O Departamento Florestal do Estado quer que a propriedade seja devolvida ao Tesouro estatal.^[12]

20 de abril de 2016: No julgamento do homicídio de Hrant Dink, um polícia disse: “O Estado fechou os olhos no caso da morte de Dink.” O assassinato do jornalista por Ogün Samast, no exterior do escritório do jornal Agos, ocorreu em 19 de Janeiro de 2007. Um dos polícias no julgamento, Muhittin Zenit, defendeu-se dizendo que tinha avisado os serviços relevantes sobre um plano de assassinio.^[13]

29 de Abril de 2016: após dois mandatos como responsável das Fundações das Minorias, Laki Vingas publicou um livro intitulado Yok Hükümünde (Sem disposições), no qual analisa os problemas legais enfrentados pelas comunidades minoritárias na era republicana, incluindo violações dos direitos humanos.^[14] É um livro importante.

29 de maio de 2016: membros da Associação Juvenil Nacionalista da Anatólia rezaram em frente a Santa Sofia no aniversário da conquista de Istambul, exigindo que esta seja “reconvertida” em mesquita.^[15]

31 de maio de 2016: Ali Atalan, deputado no Parlamento turco pelo Partido Democrático Popular pró-curdo (Halkların Demokratik Partisi, HDP), apresentou queixa contra o presidente Erdoğan caso este não peça desculpa por insultar zoroastrianos no seu discurso em Diyarbakır, onde descreveu os rebeldes curdos como “ateus” e “zoroastrianos”.^[16]

2 de junho de 2016: Bülent Aral, o último dos acusados ainda detido pelo assassinato de três cristãos, dois turcos e um alemão, que matou em Malatya, em 18 de abril de 2007, foi libertado.^[17]

7 de junho de 2016: depois da Alemanha ter reconhecido o genocídio armênio, o presidente Recep Tayyip Erdoğan condenou firmemente o voto. “Podemos deportar armênios que não tenham cidadania turca”, disse, referindo-se às dezenas de milhares de armênios que vivem na Turquia sem cidadania. O primeiro-ministro turco Binali Yıldırım disse: “É um voto absurdo. Estes acontecimentos ocorreram durante a Primeira Guerra Mundial em 1915 e são atos de guerra normais vividos em todos os países e em todas as comunidades.”^[18]

8 de junho de 2016: o Patriarcado Armênio da Turquia criticou a decisão do parlamento alemão e escreveu uma carta ao presidente Recep Tayyip Erdoğan pedindo desculpas. “É inaceitável que um parlamento [...] tenha expressado a sua opinião, embora não tenha direito de o fazer. [...] Tal como afirmamos em inúmeras ocasiões, usar esta tragédia que traumatizou a nação armênia em política internacional provoca tristeza e dor. [...] E por causa desta mentalidade perigosa, as [...] identidades dos armênios turcos são prejudicadas.”^[19]

9 de Junho de 2016: a Grécia emitiu um protesto contra a leitura do Corão dentro da antiga basílica de Hagia Sophia. Em 7 de Junho, Mehmet Görmez, responsável da Direção dos Assuntos Religiosos (Diyanet İşleri Başkanlığı, conhecida habitualmente como Diyanet), realizou a sua primeira oração do Ramadã no edifício. O Ministério do Exterior grego disse que iria apresentar uma queixa à UNESCO.^[20] O regresso de Hagia Sophia ao culto muçulmano pode tornar-se numa grande questão nos próximos anos.

13 de Junho de 2016: onze deputados alemães de origem turca receberam ameaças de morte depois de terem votado a favor de uma resolução que reconhece o genocídio armênio de 1915. O Ministério dos Negócios Estrangeiros alemão aconselhou-os a evitarem viajar para a Turquia por enquanto, porque a sua segurança não pode ser garantida.^[21]

[9] Agos, 1 de Abril de 2016

[10] Agos, 8 de Abril de 2016, p. 4

[11] ibidem

[12] Yeni Yüzyıl, 19 de Abril de 2016, p. 13

[13] Milliyet, 20 de Abril de 2016, p. 16

[14] Agos, 29 de Abril de 2016, p. 7

[15] Milliyet, 29 de Maio de 2016, p. 13

[16] Posta, 31 de Maio de 2016, p. 14

[17] Cumhuriyet, 2 de Junho de 2016, p. 14

[18] Zaman, 7 de Junho de 2016, p. 9

[19] Sabah, 8 de Junho de 2016, p. 22; Agos, 7 de Junho de 2016 (<http://www.agos.com.tr/en/article/15576/atesyan-s-letter-to-president-we-submit-our-regret-to-your-dignified-office>), acessado em 21 de Junho de 2016

[20] Hürriyet, 9 de Junho de 2016 p. 24

[21] Taraf, 13 de Junho de 2016, p. 7

15 de junho de 2016: a Fundação Francisco de Assis apresentou uma ação judicial contra o Banco Kuveyt Türk e a Kuwait Finance House em nome dos cristãos síriacos da Síria e do Iraque, acusando as duas instituições financeiras de crimes contra a humanidade por ajudarem o grupo EI.^[22]

Ações positivas

Desde 2005: Conferências e exposições lembram os pogroms anti-gregos de setembro de 1955 em Istambul.^[23]

Desde 2010: em 24 de abril, comemorações públicas do Genocídio Armênio (1915) são realizadas em várias cidades turcas, sobretudo em Istambul. O evento atrai uma grande multidão.

Desde 2011, são celebradas Missas anuais no Mosteiro ortodoxo grego de Sumela, nas encostas de Trabzon, e na Igreja armênia de Akhtamar, na ilha histórica do Lago Van.

A Fundação Dink e o jornal bilingue (turco e armênio) Agos são fortes defensores das minorias não muçulmanas do presente e do passado da Turquia.

2014: depois de Fethiye Çetin ter publicado *Anneannem* (Minha Avó: Uma Memória), cerca de vinte livros foram publicados na Turquia por pessoas que redescobrem o passado cristão da sua família.

2014: o jornalista turco Hasan Cemal, neto de Djemal Pasha (ligado ao genocídio de 1915), publicou o livro *1915: Ermeni Soykırımı* (1915: Genocídio Armênio), disponível nas livrarias. Embora o termo 'genocídio armênio' ainda seja punível por lei, já não é um termo tabu.

2015: abertura conjunta de dois departamentos de Estudos Bizantinos nas principais universidades de Istambul.

2015: a escola grega em Gökçeada, ilha de Imvros, perto dos Dardanelos, reabriu. Tinha sido encerrada em 1964.^[24]

Fevereiro de 2015: uma antiga aldeia síriaca na província de Mardin voltou a ter o seu nome síriaco original.^[25]

Novembro de 2015: quatro candidatos cristãos foram eleitos pelo AKP, CHP e HDP.

Abril de 2016: Em Muş, tiveram início trabalhos para restaurar o Mosteiro de Surb Karapet, sob a supervisão da Associação Armênia de Sason, Bitlis e Batman. Foi também feita uma candidatura para restaurar o cemitério armênio no centro da cidade.^[26]

2016: a comunidade síriaca em Istambul foi autorizada a abrir uma escola e a construir uma igreja em Yesilköy.^[27] É a primeira vez que isto acontece na Turquia desde o final do Império Otomano. Quarenta e oito crianças frequentam o jardim de infância próximo de Mor Efrem e são ensinadas em síriaco e turco.^[28]

29 de maio de 2016: pela primeira vez em quarenta e um anos, um casamento judaico foi celebrado na sinagoga em Edirne.^[29] A sinagoga foi restaurada em 2015 com fundos públicos.^[30]

Alevitas

31 de maio de 2016: abertura da primeira Feira do Livro Alevita na Turquia (20 a 25 milhões de turcos são alevitas). Cerca de vinte e cinco editoras participaram no evento. As discussões centraram-se na filosofia e teologia alevita, na história comunitária, na visibilidade e nas exigências.^[31]

Na Turquia, a comunidade alevita é muito importante. Ela constitui a espinha dorsal da tradição republicana do país. Os Alevitas são grandes defensores do secularismo. Querem que o Estado os reconheça como diferentes da maioria muçulmana. Querem ter locais de culto, Cem Evi (casas de oração), ser reconhecidos como isentos de impostos, tal como acontece com as mesquitas e as igrejas. Os Alevitas são muitas vezes de origem rural e são ostracizados pelos sunitas. Ainda choram pelo massacre de Sivas, em 1993, quando uma multidão incendiou um hotel onde se estava realizando um festival de poesia alevita. Erdoğan escolheu Yahuz Sultan Selim para o nome da terceira ponte de Istambul sobre o Bósforo. Para os Alevitas, isto é uma provocação, porque Selim I, conhecido como "o implacável", é famoso na história otomana por chacinhar alevitas em 1514 depois da sua campanha contra os safávidas do Irã.

Outros

24 de maio de 2016: em Estrasburgo, Testemunhas de Jeová da Turquia ganharam um caso no Tribunal Europeu dos Direitos Humanos (ECHR).^[32] O caso diz respeito à incapacidade das Testemunhas de Jeová encontrarem um local de culto adequado em Mersin e Izmir. Numa decisão unânime, o ECHR concordou com a Associação de Solidariedade com as Testemunhas de Jeová e Outros que as restrições de planeamento constituíam uma violação da liberdade religiosa, uma vez que impediam as Testemunhas de Jeová de se reunirem numa localização adequada para celebrarem o seu culto regularmente.

[22] Cumhuriyet, 15 de Junho de 2016, p. 6

[23] Cengiz Aktar, *ibidem*

[24] Cengiz Aktar, *Memory revisited in Turkey*, in Instituto Americano de Estudos Alemães Contemporâneos, *questões alemãs-americanas* n.º 18, p. 23-29

[25] Habertürk, 14 de Fevereiro de 2015, p. 16

[26] Agos, 20 de Maio de 2016, p. 7

[27] Milliyet, 11 de Maio de 2016, p. 23

[28] Vatan, 5 de Outubro de 2015, p. 6

[29] Milliyet, 29 de Maio de 2016, p. 4

[30] S. de Courtois, *Le Figaro*, 4 de Maio de 2015

[31] Cumhuriyet, 31 de Maio de 2016, p. 18

[32] *La Croix*, 24 de Maio de 2016

PERSPECTIVAS PARA A LIBERDADE RELIGIOSA

Com base na Constituição de 1981, o secularismo continua sendo um princípio central que define a relação entre o Estado turco e o Islamismo, além dos não muçulmanos. Embora em teoria preveja proteção, o “secularismo de estilo turco” tem sido muito coercivo para com os não muçulmanos. Este tipo de secularismo tem sido destrutivo. O partido islamita no poder na Turquia quer abrir-se a este conceito para “libertar” o Islamismo do kemalismo (as ideias e princípios secularistas de Mustafa Kemal Atatürk, fundador e primeiro Presidente da República da Turquia). Paradoxalmente, as minorias poderão beneficiar desta flexibilidade em termos de maior reconhecimento jurídico e proteção para os seus bens. Contudo, os não muçulmanos também sabem que poderão ser manipulados e usados pelos atuais governantes da Turquia. Os não muçulmanos não pedem qualquer favor especial: apenas querem que seja respeitado o estado de direito.

Mesmo assim, ainda é bastante evidente que o país está caminhando para a autocracia e que esta situação vai resultar num retrocesso na proteção dos direitos humanos e liberdades fundamentais. A islamização da sociedade turca é um fato. Para os cristãos, já é duro expressarem a sua fé em público. As igrejas e sinagogas são regularmente ameaçadas. Estando já reduzidas à sua expressão mais insignificante, é difícil imaginar um futuro sem problemas para Cristãos, Judeus e mesmo Alevitas (apesar da dimensão destes últimos). A discriminação não é direcionada a qualquer um destes grupos, na realidade não há perseguição, mas é algo sentido por todos os turcos que não têm a mesma opinião que Recep Tayyip Erdoğan e o seu Governo.